ELEIÇÕES DO FUTURO: O DIREITO ELEITORAL EM UM CENÁRIO DE TRANSFORMAÇÕES DIGITAIS

Autor(res)

Stace Liz Carneiro
Simone Costa Guimarães
Cintia Batista Pereira

Categoria do Trabalho

Trabalho Acadêmico

Instituição

FACULDADE ANHANGUERA DE RIBEIRÃO DAS NEVES

Introdução

A era digital impacta profundamente a sociedade, transformando a forma como nos comunicamos, acessamos informações e exercemos nossa cidadania. O Direito Eleitoral, responsável por regular o processo democrático, não está imune a essas transformações. A presença crescente das tecnologias digitais nas eleições implica em novos desafios e oportunidades para garantir a integridade, a segurança e a transparência do processo eleitoral. Este trabalho analisa os impactos das transformações digitais no Direito Eleitoral, abordando aspectos como a influência das redes sociais, a segurança cibernética, o voto eletrônico e as novas formas de participação política.

Objetivo

Analisar os impactos das transformações digitais no Direito Eleitoral, identificando as oportunidades e desafios para garantir a integridade, a segurança e a transparência do processo eleitoral em um cenário digitalizado.

Material e Métodos

A investigação foi conduzida através de uma revisão da literatura que abrangeu leis, decretos, artigos acadêmicos e documentos oficiais, com foco nas seguintes fontes principais:
Lei nº 9.504/1997 (Lei das Eleições);
Lei nº 12.034/2009 (Alteração da Lei nº 9.504/1997);
Lei nº 13.165/2015 (Lei da Ficha Limpa);
Lei nº 14.206/2021 (Modificação da Lei nº 9.504/1997);
Projeto de Lei nº 4.150/2021 (Reforma Política);
Artigos acadêmicos sobre Direito Eleitoral, democracia, participação política e tecnologias digitais.
A análise dos dados foi feita de maneira qualitativa, visando entender as diversas visões sobre como as transformações digitais impactam o Direito Eleitoral e as sugestões para adaptar o sistema eleitoral a esse novo cenário.

Resultados e Discussão

A análise dos dados revelou que as transformações digitais implicam em desafios e oportunidades para o Direito

Eleitoral:

- Redes Sociais e Campanhas Eleitorais: As redes sociais se tornaram ferramentas essenciais para a comunicação política, mas também abriram espaço para a proliferação de fake news, a manipulação de informações e a influência indevida em eleições.
- Segurança Cibernética: A dependência de sistemas digitais nas eleições aumenta a vulnerabilidade a ataques cibernéticos, que podem comprometer a integridade do processo eleitoral.
- Voto Eletrônico: O voto eletrônico facilita o processo de votação, mas a ausência de auditoria independente e a possibilidade de fraudes eleitorais geram desconfiança.
- Novas Formas de Participação Política: As tecnologias digitais permitem novas formas de participação política, como o crowdfunding para campanhas eleitorais, o ativismo online e o debate em plataformas digitais.

Conclusão

O Direito Eleitoral precisa se adaptar ao cenário digital para garantir a integridade, a segurança e a transparência do processo eleitoral. É fundamental desenvolver estratégias para combater a desinformação, fortalecer a segurança cibernética, aperfeiçoar o sistema de voto eletrônico e promover a participação política em um contexto digital. A adaptação do Direito Eleitoral às transformações digitais é essencial para a democracia no século XXI.

Referências

- BRASIL. Lei nº 9.504, de 30 de setembro de 1997. Dispõe sobre as eleições.
- BRASIL. Lei nº 12.034, de 28 de outubro de 2009. Altera a Lei nº 9.504, de 30 de setembro de 1997, que dispõe sobre as eleições.
- BRASIL. Lei nº 13.165, de 10 de março de 2015. Dispõe sobre a inelegibilidade de candidatos a cargos eletivos.
- BRASIL. Lei nº 14.206, de 14 de setembro de 2021. Altera a Lei nº 9.504, de 30 de setembro de 1997, que dispõe sobre as eleições.
- BRASIL. Projeto de Lei nº 4.150/2021. Dispõe sobre a reforma política.